

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
EXERCÍCIO 2019**

APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ. –
AUTARQUIA CAMBÉ PREVIDÊNCIA

ATA 060 DATA: 25-10-2018

1 – INTRODUÇÃO

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial a Resolução nº. 3922, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cambé - Estado do Paraná, denominado Autarquia Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cambé - CAMBÉ-PREVIDÊNCIA, inscrito no CNPJ sob nº 20.237.599/0001-99, com sede na Rua Portugal, 58, Centro, por meio dos seus gestores, apresenta a Política de Investimentos para o ano de 2019, para aprovação deste Conselho de Administração.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social- **RPPS**, utilizada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os Ativos e Passivos.

Algumas medidas fundamentam a confecção desta política, sendo que a principal a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2 - ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos em moeda corrente do Regime Próprio de Previdência Social- **RPPS**, são originários das contribuições dos servidores ativos e inativos e dos entes patrocinadores, das compensações financeiras entre regimes de previdência, dos acordos de parcelamento entre o ente e o RPPS e dos rendimentos das aplicações financeiras.

3 - DOS OBJETIVOS

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação entre os órgãos reguladores do Sistema e também aos participantes, buscando sempre adequar-se às mudanças ocorridas no âmbito do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos e as advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporcionará uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos e os conjuntos de investimentos. Tratará ainda o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada, da adequação da Carteira a Legislação e da estratégia de alocação de recursos.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos como renda fixa, renda variável e imóveis, quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexador, etc.; visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

A presente Política de Investimentos deve ser revista mediante proposição dos gestores com aprovação do Conselho de Administração do RPPS ou proposição do próprio Conselho, conforme legislação em vigor.

4 - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações relevantes referentes à gestão financeira do RPPS com destaque para seu desempenho e a íntegra desse documento serão disponibilizadas na Internet ou por meio impresso.

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas a todos os interessados, no prazo de até trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

5 - ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

5.1 – Objetivos da Gestão de Alocação:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do IPCA acrescidos de juros de 6 (seis) % ao ano.

Além disso, a política de investimentos complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

A aplicação dos recursos do RPPS terá gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente, a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

5.2 – Segmentos de Aplicação:

Os segmentos de aplicação definidos na legislação que serão utilizados pelo RPPS em seus investimentos são:

- Segmento de Renda Fixa;
- Segmento de Renda Variável;
- Segmento de imóveis.

5.3 – Metodologia de Gestão da Alocação:

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 (doze) meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentrou na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para a inflação, taxa de juros e atividade econômica. A visão de médio prazo procurou dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira, para a situação global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 (doze) meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

6 - FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

6.1 - Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do **RPPS** em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos. Os fundos de investimentos abertos, nos quais este Regime Próprio de Previdência Social do Municipais do Município de Cambé vier a adquirir cotas, deverão seguir as normas das legislações específicas.

6.2 - Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos do **RPPS** em ativos de renda variável serão feitas através dos fundos de investimentos, de acordo com as normas das legislações específicas.

7 - DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

7.1 - Metodologia de Seleção dos Investimentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelos Gestores externos no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e /ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso de Carteira Própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas como base de dados públicas e consultorias.

7.2 - Segmento de Renda Fixa

O RPPS, optou por uma gestão com perfil mais conservador, não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira.

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente.

7.3 - Segmento de Renda Variável

O RPPS optou por uma gestão com perfil mais conservador, observando os índices da BM&F Bovespa mais tradicionais, não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando diversificação da sua carteira, visando proporcionar melhores condições para atingir a meta atuarial.

No segmento de Renda Variável, estão autorizados ativos permitidos pela legislação vigente, devendo-se observar a classificação de risco e das instituições financeiras vinculadas.

7.4 - Segmento de Imóveis

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

Seguindo as especificações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 7, 7.1, há necessidade das reavaliações devido a fatores que podem fazer com que o valor contábil do ativo não corresponda ao seu valor justo. A frequência com que

as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados.

7.5 – ALOCAÇÕES DE RECURSOS

7.5.1 Exercício 2019

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN 4.604/17	Posição atual da carteira (%) em agosto/18	Limite inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN (Selic)	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	69,26	30,00%	64,00%	100,00%
	Diretamente com Operações Compromissadas - Art. 7º, II	05,00%	0,00%	0,00%	0,00%	05,00%
	Renda Fixa Referenciado - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%
	ETF – RF "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%
	FI de Renda Fixa - Geral- Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	23,54%	10,00%	25,00%	40,00%
	ETF – Demais indicadores de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%
	Poupança - Art. 7º, VI "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
	FI em Direitos Creditórios - Cota sênior Art. 7º VI "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Credito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00%	1,94%	0,00%	3,00%	5,00%
	FI Debêntures de Infraestrutura – At. 7º VII "c"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Renda Variável	FI Ações - Art. 8º, a (índices com mais de 50 ações)	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30,00%
	FI Índice Ações - Art. 8º b (Índices com mais de 50 ações)		0,00%	0,00%	0,00%	
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II a	20,00%	2,64%	0,00%	5,00%	20,00%
	FI Índice Ações Art. 8º, II b		0,00%	0,00%	0,00%	
	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00%	1,70%	0,00%	2,00%	10,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, IV a FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00%	0,92%	0,00%	1,00%	5,00%
	0,00%		0,00%	0,00%		

7.5.2 Para os próximos cinco anos

Segmento	Tipo de Ativo	Limite inferior	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN (Selic)	0,00%	100,00%
	FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"	30,00%	100,00%
	Diretamente com Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	05,00%
	Renda Fixa Referenciado - Art. 7º, III, Alínea "a"	0,00%	60,00%
	ETF – RF "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "b"	0,00%	60,00%
	FI de Renda Fixa - Geral- Art. 7º, IV, Alínea "a"	10,00%	40,00%
	ETF – Demais indicadores de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	0,00%	40,00%
	Poupança - Art. 7º, VI "b"	0,00%	15,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V "b"	0,00%	20,00%
	FI em Direitos Creditórios - Cota sênior Art. 7º VI "a"	0,00%	5,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	0,00%	5,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Credito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0,00%	5,00%
FI Debêntures de Infraestrutura – At. 7º VII "c"	0,00%	5,00%	
Renda Variável	FI Ações - Art. 8º, a (índices com mais de 50 ações)	0,00%	30,00%
	FI Índice Ações - Art. 8º b (Índices com mais de 50 ações)		
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II a	0,00%	20,00%
	FI Índice Ações Art. 8º, II b		
	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	0,00%	10,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, IV a	0,00%	5,00%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0,00%		

7.6 – Avaliação de Desempenho:

Os fundos onde o RPPS mantiver seus investimentos serão objeto de avaliação constante pelo comitê de investimentos.

8 - COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS RECURSOS

Os órgãos envolvidos na gestão são: o Conselho de Administração - Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva da Autarquia Cambé Previdência.

No que diz respeito à elaboração e à implementação da Política de Investimentos, cada órgão possui as seguintes competências:

8.1 Conselho de Administração

- ✓ Aprovar a Política de Investimentos com base na legislação vigente;
- ✓ Zelar pela exata execução da programação econômico-financeira do patrimônio dos planos, no que se refere aos valores mobiliários;
- ✓ Subsidiar quando necessário o Comitê de Investimentos das informações necessárias à sua tomada de decisões, no âmbito dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Autarquia Cambé Previdência, para fins de:
 - 1- Analisar os cenários macroeconômicos e político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos planos de benefícios administrados pela Autarquia Cambé Previdência;
 - 2- Propor quando necessário, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;
- ✓ Reavaliar as estratégias de investimentos, em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais;
- ✓ Analisar os resultados da carteira de investimentos da Autarquia Cambé Previdência;
- ✓ Fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos da Autarquia Cambé Previdência;
- ✓ Acompanhar a execução da política de investimentos da Autarquia Cambé Previdência.

- ✓ Propor, anualmente, a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as a Diretoria Executiva, para, posteriormente ser encaminhado para análise e aprovação do Conselho de Administração;
- ✓ Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010 e alterações;
- ✓ Alocar taticamente os investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo;
- ✓ Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos;
- ✓ Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência;

8.3- Da Diretoria Executiva:

- ✓ Dar ciência das decisões do Comitê ao Conselho Administrativo;
- ✓ Propor se necessário modificações e/ou atualizações no regimento interno do Comitê ao ente federativo;
- ✓ A guarda das atas de reuniões do Comitê.

9 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ritmo de recuperação da economia brasileira segue lento. Conforme os dados do IBGE, a economia brasileira cresceu 0,1% no 2º tri/18 na série com ajuste sazonal (consenso 0,4%) e 1,0% frente ao mesmo trimestre do ano passado. O detalhamento foi ainda mais negativo ao revelar que todo o avanço no trimestre se deu por conta do acúmulo de estoques (contribuição de 0,8p.p.), enquanto a demanda doméstica, muito impactada pelo enfraquecimento do investimento, e o setor externo contribuíram negativamente (0,2p.p. e

0,4p.p., respectivamente). Pelo lado da oferta, o crescimento concentrou-se nos Serviços (0,33%), ao passo que a Indústria recuou 0,6% e a Agricultura ficou estagnada (0,0%). Finalmente, essa leitura trouxe revisões baixistas para os últimos quatro trimestres, com destaque para o 1º trimestre do ano cujo avanço foi reduzido de 0,4% para 0,1%.

Pelo lado da demanda, o crescimento do consumo das famílias no 2º trimestre de 2018 foi de apenas 0,1%, mais fraco que os 0,4% observados no trimestre anterior. A formação bruta de capital fixo contraiu 1,9% na presente leitura, ante o avanço modesto de 0,3% observado no 1º trimestre. Nesse contexto, a demanda doméstica retirou 0,2p.p. do crescimento do PIB (ante 0,2p.p. no trimestre anterior), ao mesmo tempo em que as exportações líquidas retiraram 0,4p.p.

Pelo lado da oferta, o destaque foi o melhor desempenho dos Serviços, alta de 0,3%, ante 0,1% no trimestre anterior, favorecido pelo desempenho das atividades de Informação e Comunicação (1,2%) e Atividades Imobiliárias (1,2%). Por sua vez, o desempenho da Indústria foi bastante fraco: contração de 0,6% (+0,1% no 1º trimestre), provocada pelo desempenho ruim dos setores de Construção e Transformação (-0,8% ambas). A Agricultura, depois de apresentar desempenho positivo na leitura passada, exibiu estagnação nesta leitura. Por fim, segundo nossos cálculos, os estoques contribuíram positivamente com 0,8 p.p. para a taxa de crescimento observada.

INFLAÇÃO

O IPCA-15 de agosto desacelerou de 0,33% (IPCA de julho) para 0,13%. Esse movimento, além de refletir a extinção dos efeitos temporários da greve dos caminhoneiros nos preços dos alimentos, foi favorecido pela deflação no grupo transportes, com destaque para passagens aéreas (-26%) e etanol (-5,8%). Evidenciando que a inflação subjacente segue contida, as medidas de núcleo continuam bem-comportadas, assim como os índices de difusão.

Os preços livres apresentaram uma deflação de 0,09% ante uma alta de 0,42% na leitura anterior, mas ainda assim a variação em 12 meses subiu de 2,19% para 2,23%. No que concerne aos preços administrados, foi observado avanço de 0,74% ante os 1,28% apurados na divulgação passada, sendo que apenas o item energia elétrica contribuiu com 0,54 p.p. para esse resultado.

Os preços dos serviços avançaram 0,05%, 0,58% na divulgação passada, respondendo principalmente à queda nos preços das passagens aéreas (de 45% para -26%), o que acarretou um recuo na variação acumulada em doze meses de 3,41% para 3,37%. Por outro lado, a inflação de serviços subjacente, que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, acelerou de 0,27% para 0,40%, ainda assim mantendo a variação acumulada em doze meses ao redor de 3,0%.

Os índices de difusão – que medem o percentual de itens em alta na cesta – apresentaram pequeno avanço na presente leitura. O indicador geral passou de 53,9% para 54,5% e de 53,1% para 54,9% quando o grupo Alimentação é excluído da análise; são ambos patamares historicamente baixos. Por fim, a média dos núcleos recuou na presente leitura (de 0,49% para 0,36%), com a variação em doze meses passando de 3,46% para 3,55%, ainda bem abaixo da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (4,5%).

Pelo lado da inflação no atacado, depois de apresentar uma importante desinflação em julho, ao passar de uma variação mensal de 1,87% para 0,51%, o IGP-M acelerou moderadamente em agosto para 0,70%. A variação mensal do IPA (índice de Preços ao Produtor Amplo) avançou de 0,50% para 1,00%, sendo impulsionado principalmente pela alta de 2,61% nos preços das matérias primas brutas, ao passo que permaneceu a deflação nos preços dos bens finais (-0,12%). No que concerne ao índice de preços ao consumidor (IPC), a exemplo do observado no último IPCA-15, a desinflação seguiu em curso, a variação mensal passou de 0,44% para 0,05%, com quatro das oito categorias acompanhadas mostrando recuo nos preços.

Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IPA-DI acelerou de 0,50% para 1,00%, tendo o IPA Agrícola apresentado variação de 1,60% (ante a queda de 1,83% em julho). A inflação do IPA-Industrial recuou novamente na presente leitura, de 1,30% para 0,80%, apesar da alta de 3,84% observada nos preços da Indústria Extrativa, consequência direta da elevação dos preços do minério de ferro. Por fim, os preços da Indústria de Transformação desaceleraram novamente (de 1,50% para 0,53%), com destaque para a deflação nos produtos alimentícios (de 1,84% para -0,80%) e produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (de 1,55% para 0,24%).

Por estágio de processamento, no segmento “Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis” a variação mensal passou de 0,24% para 0,12% e, no acumulado em 12 meses, de 2,62% para 2,70%. A variação dos preços dos “Bens de consumo duráveis” foi de 0,62%, ante 0,36%; em doze meses passou de 2,50% para 3,15%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento “materiais para a manufatura” apresentaram alta de

0,35% (2,29% em julho), mesmo assim a variação acumulada em doze meses subiu de 14,88% para 15,59%. Por fim, depois da deflação de 0,65% no segmento “matérias primas brutas agropecuárias” em julho, na presente leitura os preços avançaram 2,28%, acarretando em uma variação de 15,08% em 12 meses (11,15% na leitura passada).

A inflação ao consumidor (IPC) desacelerou de 0,44% para 0,05%. Destaque para o grupo Educação (de 1,07% para -0,41%) e Transporte (de 0,28% para -0,29%). Das oito categorias acompanhadas, quatro mostraram recuo nos preços em agosto.

MERCADO DE TRABALHO

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 12,3% no trimestre encerrado em julho, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Em igual período de 2017, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,8%. No fechamento do segundo trimestre, o resultado ficou em 12,4%. No trimestre encerrado em abril, a taxa era de 12,9%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$2.205 no trimestre terminado em julho. O resultado representa alta de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$197,2 bilhões no trimestre encerrado em julho, alta de 2,0% ante igual período do ano anterior.

Já os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério do Trabalho indicam que o mês de julho terminou com criação líquida de 47.319 vagas de emprego (14,9 mil com ajuste sazonal). Esse foi o melhor resultado para o mês de julho desde 2013.

Após a queda do emprego por influência da paralisação nas rodovias, em junho, empresas voltaram a contratar no melhor ritmo desde abril. No acumulado dos sete primeiros meses do ano de 2018, o cadastro de emprego registra a abertura de 448.263 vagas com carteira assinada. Em 12 meses até julho, foram criados 286.121 empregos formais. O resultado mensal positivo foi puxado pelo agronegócio, que registrou a abertura de 17.455 empregos com carteira assinada no mês. Em seguida, aparecem os serviços, que geraram saldo líquido de 14.548 postos de trabalho, e a construção civil, que ganhou 10.063 empregos. Entre os demais segmentos da economia, a indústria de transformação gerou 4.993 vagas, os serviços de utilidade pública ganharam 1.335 empregos e o segmento de extração mineral, 702 postos. Por outro lado, a administração pública perdeu 1.528 empregos e o comércio registrou fechamento de 249 postos de trabalho.

CONTAS PÚBLICAS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$3,4 bilhões em julho. O Governo Central e os governos regionais apresentaram déficits respectivos de R\$2,7 bilhões e R\$1,8 bilhão; e as empresas estatais, superávit de R\$1,1 bilhão. No acumulado no ano, o resultado primário do setor público foi deficitário em R\$17,8 bilhões, comparativamente a déficit de R\$51,3 bilhões no mesmo período de 2017. No acumulado em doze meses até julho, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$77,1 bilhões (1,14% do PIB), 0,2 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até junho.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$25,8 bilhões em julho, comparativamente a R\$28,5 bilhões em julho de 2017. No acumulado em doze meses, os juros nominais atingiram R\$394,5 bilhões (5,86% do PIB), reduzindo-se na comparação com o período de doze meses encerrado em julho de 2017, R\$428,2 bilhões (6,64% do PIB). O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$29,2 bilhões em julho. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$471,6 bilhões (7,0% do PIB), reduzindo-se 0,27 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado em junho.

DÍVIDA PÚBLICA

A DLSP alcançou R\$3.503,5 bilhões (52,0% do PIB) em julho, aumentando 0,6 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. O impacto da apreciação cambial de 2,6% no mês respondeu por elevação de R\$30,8 bilhões no estoque da DLSP, correspondente a 0,5 p.p. do PIB. No ano, o aumento de 0,5 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, a incorporação de juros nominais (aumento de 3,4 p.p.), o déficit primário (aumento de 0,3 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 13,5% (redução de 2,0 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,3 p.p.).

A DBGG - que compreende o Governo Federal, o INSS, e os governos estaduais e municipais - alcançou R\$5.186,5 bilhões em julho, equivalente a 77,0% do PIB, reduzindo-se 0,1 p.p. do PIB em relação ao valor registrado em junho. Contribuíram para essa evolução os resgates líquidos de dívida no mês (redução de 0,1 p.p.), o efeito da valorização cambial de 2,6% (redução de 0,1 p.p.), e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,5 p.p.), contrabalançados parcialmente pela incorporação de juros nominais (aumento de 0,6 p.p.). No ano, a relação DBGG/PIB registra elevação de 3,0 p.p., decorrente da incorporação de juros nominais (aumento de 3,4 p.p.), das emissões líquidas (aumento de 0,8 p.p.) e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,9 p.p.).

BOLSA

Sem dúvidas a Bolsa, em 2018, já ofereceu excelentes oportunidades de lucro a milhares de investidores. O mês de janeiro foi marcado com uma das maiores altas dos últimos anos, quando fazemos um comparativo mensal. Houveram desaceleradas durante a determinados períodos do ano motivados pelo cenário político, no entanto, no acumulado há ganhos de 8,6265%, sendo este, o único investimento que superou nossa meta atuarial.

No exterior, a atividade econômica internacional segue positiva, sobretudo nos EUA. Por sua vez, a inflação americana continua mostrando modesta aceleração, reforçando o gradualismo no ciclo de alta das taxas de juros nos EUA. Além disso, a lenta convergência inflacionária para a meta dos BC's na maior parte dos países desenvolvidos tem colaborado para a extensão do quadro de política monetária global predominantemente flexível. Por outro lado, os riscos aumentaram ao longo do mês de agosto, sobretudo em torno dos países emergentes, haja vista que o ambiente político e econômico da Turquia foi fortemente agravado e a situação econômica argentina tem se mostrado ainda mais frágil, o que levou o banco central do país a promover um forte aumento dos juros básicos. Por sua vez, os riscos fiscais na Itália também levantaram preocupações, impactando a moeda única da Zona do Euro e os ativos da região. Além disso, os impasses comerciais entre EUA e China e o enfraquecimento da atividade econômica chinesa ajudaram a completar o quadro de maior cautela, que apesar de ter prejudicado parte ativos, não afetou o desempenho das bolsas nos EUA e o principal índice global de aversão ao risco.

Nos EUA, as bolsas subiram: o índice S&P 500 da Bolsa de Valores de Nova Iorque fechou o mês com alta de 3,03%, na contramão do movimento visto na Europa, onde o índice Stoxx 50 recuou 3,88%. Entre os emergentes houve perdas: o índice MSCI de bolsas emergentes recuou 2,90% no mês. Já o índice VIX de aversão ao risco encerrou o mês estável em 12,8 pontos.

Internamente, apesar dos dados de atividade indicarem estabilização da economia e os índices de inflação doméstica mostrarem bom comportamento no mês, passados os efeitos da greve dos caminhoneiros, as incertezas políticas prejudicaram o apetite por risco e colaboraram, juntamente com o exterior, para a alta do prêmio de risco país, prejudicando o desempenho das ações. Nesse ambiente o risco Brasil subiu de maneira importante – o EMBI+ Brasil se elevou em 73 pontos, encerrando o mês aos 345 pontos.

CÂMBIO

O Real encerrou o mês de agosto com desvalorização de 10,13% ante o dólar, a R\$4,14, no maior nível nominal ao término de um mês desde o início do Plano Real. No ano a moeda doméstica exhibe desvalorização de 25,01%. Já no acumulado em 12 meses, as perdas são de 31,40%.

No exterior, o Dólar apresentou ganho ante a maior parte das moedas. O noticiário político e econômico mais desafiador em torno de países emergentes como a Turquia e a Argentina, bem como as questões fiscais na Itália, num quadro manutenção das disputas comerciais entre EUA e China e enfraquecimento da atividade econômica chinesa, foi pano de fundo para o aumento da cautela. Por outro lado, a agenda de atividade econômica nos países desenvolvidos se manteve positiva, sobretudo nos EUA, ao mesmo tempo em que os dados de inflação permanecem bastante favoráveis nessas economias – o que têm levado os principais BC's a manterem suas políticas monetárias bastante flexíveis e o FED a sustentar o gradualismo no processo de alta dos juros nos EUA. O índice DXY, que mede o comportamento do Dólar ante as principais divisas internacionais, subiu 0,62% no mês. Já ante uma cesta de moedas emergentes, o desempenho foi ainda mais forte, avanço de 4,25%. Internamente, a expressiva alta do prêmio de risco país juntamente com o aumento das incertezas e temores quanto às eleições domésticas ajudaram a prejudicar o Real.

JUROS

As taxas de juros domésticas subiram em todos os vértices da curva. O movimento recebeu suporte do ambiente de maior cautela no exterior, sobretudo em relação aos países emergentes, após um expressivo aumento dos temores em torno da Turquia e Argentina. Além disso, os riscos fiscais na Itália, a guerra comercial entre os EUA e a China e o enfraquecimento da agenda de atividade do país asiático colaboraram para o movimento de maior aversão aos ativos de maior risco. Apesar disso, a atividade econômica internacional e a política monetária flexível por parte dos principais BC's continuam a atuar a favor dos mercados. Internamente, o aumento das incertezas eleitorais, juntamente com o ambiente mais adverso no exterior, colaborou para a alta do prêmio de risco país, o que contribuiu para a abertura da curva de juros em todos os seus segmentos no mês de agosto.

Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em janeiro de 2019 encerrou o último dia do mês de com taxa de 6,90% (de 6,62% do mês anterior); o vencimento janeiro/2021 projetava 9,82% (de 8,91%); o vencimento janeiro/2023 encerrou com taxa de 11,39% (de 10,36% no último dia do mês anterior); e o vencimento janeiro/2025 encerrou com taxa de 12,11% (de 10,98%).

As informações recentes são consistentes com a manutenção da taxa de juros em seu nível atual até o final de 2018, com o início de um ciclo de aperto gradual das condições monetárias sendo iniciado no primeiro semestre de 2019. Dito isso, nós admitimos que os riscos de antecipação do ciclo de alta seguem reais, sobretudo em caso de deterioração das expectativas para a economia brasileira.

ESTADOS UNIDOS

No tocante à política monetária, a Ata do FED mostrou que os diretores seguem confiantes com o crescimento econômico e com a convergência da inflação em direção à meta de 2,0%. No entanto, o documento cita que o aumento recente das incertezas e riscos, sobretudo derivados da atual política comercial, pode impactar negativamente o crescimento. Por fim, os diretores referendaram o gradualismo da normalização da política monetária, mantendo a sinalização de mais dois aumentos de juros ainda este ano.

ZONA DO EURO

Na última Ata divulgada, o Banco Central Europeu (BCE) reiterou que as taxas de juros deverão permanecer nos níveis atuais pelo menos até o final do primeiro semestre de 2019, destacando que as tensões com comércio mundial foram vistas pelo mercado como fator negativo para as ações, condicionando a próxima redução das compras de ativos aos dados que ainda serão divulgados. O documento mostrou ainda que a comunicação de junho foi bem entendida pelos mercados financeiros e que diretriz sobre taxas alinhou visões do mercado com as do BCE.

Na decisão de 26 de julho, o BCE decidiu manter suas taxas de juros e reafirmou que seu programa de compra de bônus termina em dezembro. A taxa básica de juros, a de refinanciamento, seguiu em 0%, enquanto a taxa de depósitos continua em -0,4%

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Na Legislação aplicável a gestão de investimentos dentre as hipóteses previstas, será adotada em conformidade com a resolução do nº 3922 de 25 de novembro de 2010, do CMN, e suas alterações, onde será realizada por Gestão Própria da Diretoria Executiva do **RPPS**.

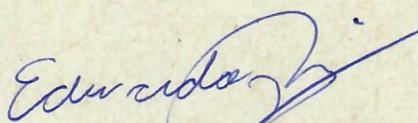
10.2 – A presente Política de Investimentos deverá ser revista anualmente a contar da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01.01.2019 a 31.12.2019 (12 meses).

10.3 - Revisões extraordinárias ao período legal poderão ser realizadas sempre que houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros do **RPPS**, mediante aprovação do Conselho de Administração.

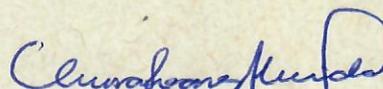
10.4 – As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho de Administração do **RPPS** para avaliação e autorização.

10.5 - Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

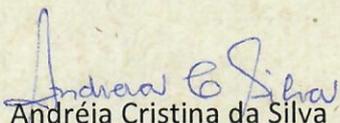
Cambé-PR, 03 de outubro de 2018.



Eduardo Anzola Pivaro
Diretor Presidente



Cleusa Soares de Almeida
Conselho de Administração



Andréia Cristina da Silva
Diretora Adm. Financeira



Luciana Kaguiama
Contador